



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

FLORES PARA ENTERRAR NOSSOS MORTOS: a busca das mulheres familiares de desaparecidos políticos por seus entes queridos no Brasil.

RESUMO

Este artigo pretende analisar através de uma entrevista com uma familiar de desaparecidos políticos, Laura Petit da Silva, o processo de lutas e busca por seus familiares mortos durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Para analisar o caso, focamos na localização do corpo da irmã de Laura, Maria Lucia Petit da Silva (1950-1972), Outro evento coligado à temática e abordado no presente trabalho é a descoberta da Vala de Perus, em São Paulo, e sua importância para a identificação da guerrilheira.

Palavras-chave: Ditadura; Desaparecidos Políticos; Guerrilha do Araguaia.

ABSTRACT

This article aims to analyze, through an interview with a family member of political disappearances, Laura Petit da Silva, the process of struggles and searches for her relatives, who died during the Araguaia Guerrilla War (1972-1974). To analyze the case, we focus on the occasion of the discovery of the body of Laura's sister, the guerrilla Laura Petit da Silva, and another important related event, that is, the discovery of the Vala de Perus, in São Paulo.

Keywords: Dictatorship; Political Disappearances; Araguaia Guerrilla War.

A luta armada e a Guerrilha do Araguaia: breve contexto histórico

O Golpe militar de 1º de abril de 1964 inaugura uma nova fase na política brasileira. Com o apoio de amplos setores da população, o golpe iniciou uma ditadura que durou 21 anos. Os militares, responsáveis pela conspiração que retirou do poder o então presidente João Goulart, governaram através de atos institucionais (ALVES, 1984; FICO, 2001). Entre os atos institucionais mais importantes, podemos citar o AI-1 (Ato Institucional Nº 1) e o AI-5 (Ato Institucional Nº5). O primeiro foi responsável por cassar mandatos, aposentar compulsoriamente funcionários públicos civis e militares,¹ e concentrar poderes na mão do presidente da República. Com mecanismo semelhante, o conhecido AI-5 inaugura o período conhecido como *Anos de Chumbo*. Editado pelo general Artur da Costa e Silva, identificado com a chamada “linha dura”¹ dos militares, foi o ato mais severo da Ditadura. O ato estabeleceu a censura aos meios de comunicação, extinguiu o *habeas corpus*, suspendeu direitos políticos e fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado. Tais ações são encaradas como meios encontrados para governar de modo autoritário, ora com controle sobre a população, ora com colaboração por partes de setores importantes desta.

É necessário destacar que houve resistência após o golpe militar. Diversos setores das esquerdas se organizaram para combater a ditadura, com destaque para opção pela luta armada, empregada tanto nas áreas urbanas quanto rurais. A oposição não era um campo homogêneo e encontrava-se dividida entre pequenos grupos de tendências ideológicas diferentes, mas que concordavam com a tática da luta armada. Entre os principais grupos, podemos citar a *Aliança Libertadora Nacional* (ALN)² e o *Partido Comunista do Brasil*

¹ Importante destacar que existe um debate na historiografia sobre os diversos grupos integrantes das Forças Armadas e envolvidos no golpe militar de 1964. Existem diversas categorias que foram utilizadas para nomear esses diferentes grupos, como os da chamada “linha dura” e os “moderados”. No livro *O palácio e a caserna*, de João Roberto Martins Filho há uma discussão a respeito, e para o qual havia ao menos 4 grupos diferentes. Também para Carlos Fico, embora grupos menores, também se diferenciavam entre si. Consultar: MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: Ed. UFSCAR, 1996. e FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001

² Aliança Libertadora Nacional, uma organização revolucionária. Foi criada em 1968 por Carlos Marighella, Virgílio Gomes da Silva e Joaquim Câmara Ferreira, antigos militantes do PCB (Partido Comunista do Brasil). Dedicaram-se à guerrilha no país, sendo os responsáveis pelo sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 1969.

(PCdoB)³, que discordavam da posição pacífica do *Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB)*⁴ de não aderir à luta armada.

Para muitos historiadores, o AI-5 pode ser encarado como uma resposta às táticas de guerrilha utilizadas pelas esquerdas armadas no contexto do regime militar. Por sua vez, as guerrilhas podem ser encaradas como uma resposta de resistência ao golpe militar e às ações militares.

Entre sequestros de embaixadores, trens pagadores e aviões, além de assaltos a bancos, a guerrilha urbana foi a primeira a sofrer grave repressão.⁵ Também houve experiências de guerrilha rural, como a mais conhecida, *Guerrilha do Araguaia*⁶ organizada pelo PCdoB, que resistiu de 1972 a 1974. A seguir, explicaremos melhor os detalhes sobre esse evento.

A respeito das teorias que embasaram as ações dos grupos armados, vale a pena citar o foquismo ou a “teoria do foco”⁷, utilizada para embasar os movimentos de luta armada no período. Trata-se de uma teoria voltada para embasar a sublevação das massas, dar primazia ao fator militar sobre o político e priorizar o foco guerrilheiro em relação ao partido. Nesse caso, não seria

³ Criado em fevereiro de 1962 por ex-dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É considerado o continuador do PCB - fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil e em 1961 alterado para Partido Comunista Brasileiro, o partido constituiu-se com o objetivo de promover a destruição do sistema capitalista e realizar a passagem para o regime socialista. Alinhado à China até a morte de Mao Tse Tung, em 1976, e à Albânia, ao invés de ser próximo da União Soviética. Até mesmo por isso defendeu o confronto com os países do bloco capitalista e a luta armada, ao invés de encampar a coexistência pacífica com esses países e com a ditadura. Foi fundado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar em fevereiro de 1962. Consultar: CHILCOTE, R. Brazilian; **Folha de São Paulo** (24/04/86, 30/01, 30/04 e 28/06/87) PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Cinquenta. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

⁴ O PCB foi fundado em 1922 com o objetivo de promover a superação do sistema capitalista. Viveu a maior parte de sua história na ilegalidade. Sobreviveu, porém, a todas suas crises internas que originaram o rompimento com o partido por parte de diversos líderes, que fundaram depois outras organizações de esquerda e partidos. Mudou seu nome em 1961 para Partido Comunista Brasileiro, com a finalidade de facilitar o registro eleitoral do partido.

⁵ Na historiografia, existem 3 estudos clássicos a respeito da atuação das esquerdas no período. São eles: AARÃO REIS Filho, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990; GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas a luta armada; 2^a edição, São Paulo: Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP; 1993. Nos três livros, há uma visão aprofundada sobre as esquerdas: no de Gorender, o autor faz uma autocrítica da esquerda, da qual ele também fez parte e analisa os erros que levaram à derrota política. O livro de Reis Filho é um estudo do modus operandi das organizações armadas após os rachas com o Partidão; enquanto o livro de Ridenti também busca compreender a atuação das organizações armadas durante a ditadura.

⁶ Foi uma experiência de luta armada rural ocorrida entre os anos de 1972 e 1974, dirigida pelo PCdoB1 (Partido Comunista do Brasil), na região sul do Pará, Maranhão e Goiás. Consultar: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia – A esquerda em armas**. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.

⁷ A teoria do foco tem origem nos escritos de Che Guevara e Regis Debray. Serviu para embasar as ações seguidas pelos revolucionários durante a Revolução Cubana (1959). Chegou ao Brasil através das leituras feitas dos livros a respeito pelos militantes de diversas organizações políticas, como a ALN, VPR, VAR-Palmares. Consultar: RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**.

necessário esperar pela ação do partido: o próprio foco guerrilheiro formado assumiria a responsabilidade de iniciar a luta. Segundo Jacob Gorender (1987), trata-se de um mito a consideração de que a Revolução Cubana chegou à vitória pelo poder de 12, 17 sobreviventes da expedição de Gramma. A revolução teve apoio de diversos grupos.

No Brasil, um partido importante a organizar a guerrilha no campo naquele período foi o PCdoB. Fundado em 1962, a partir de um racha do PCB, defendia a guerra popular prolongada e a luta armada no campo. Inspirados em Mao Tse Tung, “diante do recrudescimento das manifestações de massa nas grandes cidades em 1968, o PCdoB se limitou a sublinhar que tais ações nos centros urbanos não poderiam ter maiores consequências, se desacompanhadas de movimento armado no campo” (GORENDER, 1987, p. 106).

O interior do país seria o local ideal para o desenvolvimento da luta, pois consistiria “no elo mais débil da dominação reacionária” (GORENDER, 1987). Seriam criadas bases de apoio, para que os guerrilheiros lançassem as raízes para a luta no campo; o partido divergia do foquismo cubano, que desprezava o apoio das massas e negava a necessidade da direção da guerrilha pelo partido.

Para Gorender, até depois de muito tempo o partido não se engajou em fazer autocritica com relação ao erro político de sua concepção da guerrilha. Em texto do congresso do partido em 1982, limitou-se a explicar a derrota por “insuficiências e desacertos de natureza militar” (GORENDER, 1987, p. 213).

E o autor apresenta uma visão importante sobre as esquerdas: não a apresenta no papel de vítima passiva, uma vez que todos esses grupos se opuseram à ditadura militar e grande parte assumiu a luta armada como forma de oposição. É bem verdade que a esquerda praticou atos ilícitos, como atentados, assaltos, sequestros e guerrilhas. Assim, segundo o autor, deve assumir como parte de sua história a violência que praticou, mesmo que esta tenha sido usada como resposta, sendo a violência do opressor a original, veio a violência do oprimido como resposta. A violência do oprimido não deve ir além do necessário: é imoral capturar prisioneiros e fazer reféns. Esta prática da violência não poderia ser um fim em si mesma, segundo o autor (GORENDER, 1987).

Na conclusão de seu livro, Gorender reflete sobre o porquê da derrota. Explica que teve significação de violência retardada. Não praticada em março de

1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser utilizada pela esquerda em 1965 e 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado e a violência empregada pelos setores de resistência concentrou-se no foquismo e terrorismo. Assim sendo, a derrota seria mesmo inevitável, conclui o autor.

Tal discussão é importante para compreendermos as linhas gerais a respeito das ideias que embasaram as ações das esquerdas armadas naquele período. Buscamos, isto sim, refletir sobre os casos de desaparecimento político em um movimento de contestação à ditadura, a Guerrilha do Araguaia.

Essa guerrilha foi uma experiência de luta armada rural, ocorrida no sul do Pará, Maranhão e norte de Tocantins, que à época era parte de Goiás. A luta iniciou em abril de 1972, quando foi descoberta por tropas do Exército, e finalizada em dezembro de 1974. Desde 1967, porém, os dirigentes do PCdoB se dirigiram para o sul do Pará e ocuparam a região, adquirindo pequenas roças e vendas. Região de colonização, o local recebia migrantes de diversas partes do país, sendo uma região que atraía também atenção do Estado militarizado (LUIZ, 2023), não demorou para que a guerrilha fosse descoberta pelos militares, que invadiram a região em 12 de abril de 1972, forçando o início dos combates com os militantes.

Ao todo, foram realizadas três campanhas de combates às forças guerrilheiras. A primeira de abril a setembro de 1972, a segunda de março de 1973 a outubro e a última meados de 1974, responsável por derrotar a guerrilha e assassinar os militantes remanescentes. Ao todo foram 69 os desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia.⁸

A repressão à guerrilha e sua aniquilação em 1974 demarca, para muitos historiadores, o processo de derrota da esquerda armada, uma vez que àquela altura, os principais líderes das organizações de esquerda haviam sido mortos ou presos (GORENDER, 1987). A guerrilha urbana foi a primeira a ser completamente derrotada, enquanto a rural ainda resistia no Pará. Entretanto,

⁸ Consultar: GTNM/RJ e CFMDP/SP. Petição. Ref.: Caso 11.552. Guerrilha do Araguaia. Argumentos referentes ao artigo 43.3 do Regulamento da CIDH. Centro pela justiça e pelo direito internacional. CEJIL. RJ, 22. 12. 2008. IN: Arquivo Pessoal de Crimeia Alice Schmidt de Almeida. A presente petição encontra-se disponível no arquivo pessoal de Crimeia de Almeida e foi gentilmente cedido, juntamente aos demais conteúdos do arquivo, para a pesquisadora em ocasião da realização de seu doutoramento em História Social, na USP.

também acabou por ser sufocada em dezembro de 1974, com o assassinato dos guerrilheiros encontrados (CAMPOS FILHO, 1995).

No entanto, a derrota da luta armada deixa para a sociedade um legado: a pressão para o afrouxamento político da ditadura. Em 1974, no governo do presidente-general Ernesto Geisel tem início o processo que desencadeou a abertura “lenta, gradual e segura”. Embora dirigido pelos militares, a pressão exercida pela luta armada e pelos movimentos sociais ao longo do período contribuiu para que se concretizasse tal processo, que é finalizado em 1984, com a eleição indireta de José Sarney.

Naquele período de abertura política, sobretudo logo após o fim do período ditatorial, começou a ser pensada a Justiça de Transição,⁹ conjunto de medidas legais responsáveis por refletir sobre modos de fazer justiça às vítimas do regime militar, como veremos.

Os limites da Justiça de Transição no Brasil

No contexto brasileiro, com a Justiça de Transição¹⁰, parte-se da premissa de que o Estado precisa atender às vítimas da ditadura. Segundo Glenda Mezarroba (2008), em nosso país, prevaleceu uma Justiça de Transição administrativa, voltada à compensação financeira.

Não houve esforços significativos no sentido de esclarecer os crimes e punir os perpetradores. Os esforços se limitaram a buscar a verdade histórica do período, mas muitos arquivos permanecem inacessíveis. Também são limitados os esforços no sentido de construir políticas públicas voltadas para a preservação da memória do período. A precariedade de centros de memórias para a pesquisa dá testemunho disso. Além disso, poucas reformas foram feitas no sentido de concretizar ações institucionais após o fim do período de exceção. Durante muitos anos, existiram ainda os Ministérios Militares e a Lei de Segurança Nacional, extinta somente no governo de Fernando Collor, além dos

⁹ A definição de Justiça de Transição foi consagrada pelo relatório da ONU “*The rule of Law and transitional justice in conflict and post-conflict societies*”. Ver relatório. S/2004/616, par. 8:

¹⁰ Em se tratando da Justiça de Transição, podemos elencar aos menos três pontos que devem ser seguidos após os períodos autoritários: a) a instauração de processos judiciais contra acusados de violações de direitos humanos, b) busca da verdade histórica do período, com ampla e consistente divulgação, c) adoção de políticas públicas para preservação da memória do período, entre outros aspectos.

militares não terem sido punidos por crimes cometidos durante a ditadura (MEZARROBA, 2008, p. 12).

Tendo isto em vista, ocorreu, no entanto, uma conquista durante o governo Fernando Henrique Cardoso que foi importante para aprimorar o período de transição democrática. Trata-se da criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9140/95, em 1995. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada após muitas batalhas no governo FHC. No entanto, a lei eximiu o Estado de responsabilizar os agentes envolvidos na repressão, e nem obrigou o Estado a encontrar os corpos dos desaparecidos (GALLO, 2021, p. 340).

Recentemente, na gestão Bolsonaro, a Comissão foi extinta e recriada apenas após mais de 300 dias na gestão de Lula. O que só ocorreu porque foi marcada uma audiência no Brasil, em maio de 2024, para verificar se o país estava cumprindo a sentença da Corte Interamericana em que o país foi condenado como réu, em virtude das violações aos direitos humanos. Com a extinção da Comissão, obviamente a questão das buscas dos remanescentes ósseos/humanos foi interrompida.¹¹

Quando de sua criação, a CEMDP deveria ter plenos poderes para empregar esforços para a localização dos corpos, requisitar arquivos, exumar cadáveres, com o objetivo de esclarecer cada um dos casos de mortos e desaparecidos.

Os familiares de desaparecidos políticos, embora tenham reconhecido a importância da iniciativa, direcionaram críticas ao trabalho da CEMDP, como por exemplo, criticaram a falta de comprometimento em investigar e punir crimes militares, a falta de critérios objetivos para distinguir as categorias jurídica mortos e desaparecidos políticos criticaram a previsão de que o ônus da prova da morte do desaparecido caberia aos próprios familiares e não ao Estado, sendo a família a responsável por colher provas sobre a morte do ente querido.

Também seria competência da Comissão Especial entregar esforços para a localização dos corpos das vítimas, no caso da existência de indícios quanto ao local onde pudessem estar depositados. O colegiado de composição da

¹¹ Sobre o panorama das buscas feitas no campo da Antropologia Forense no Brasil, ver o artigo: Arqueologia e Antropologia Forenses em contextos de violência política. **Revista de Arqueologia**. VOLUME 37 N. 2 MAIO-AGOSTO 2023 222-242.

comissão foi formado por um representante da Comissão Nacional de Familiares, um representante das Forças Armadas, um representante do Itamaraty, um representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e, por fim, um membro honorário. Todos os nomes foram escolhidos pelo então presidente (MEZARROBA, 2008).

Com a iniciativa da CEMDP, o Estado reconheceu pela primeira vez, independentemente de sentença judicial, a participação no assassinato de opositores da ditadura e se comprometeu a pagar indenizações aos familiares. À época, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos falava em 369 vítimas fatais da ditadura, das quais 217 haviam sido oficialmente reconhecidas. Logo, o número de desaparecidos seria de 150 pessoas. Somente entre 1973 e 1974, auge deste tipo de prática, foram documentados 80 casos (MEZARROBA, 2008, p. 36). À época, as Forças Armadas negavam que qualquer vítima tivesse passado pelos órgãos de segurança. Nas poucas vezes em que abordou a questão, defendeu a versão falaciosa de que os desaparecidos estariam na clandestinidade.

Em maio de 1995, o Executivo adiantou detalhes do projeto de lei que enviara ao Congresso e defendeu como parte do projeto a aprovação de indenização financeira que seria paga aos familiares e corresponderia ao montante entre 100 e 150 mil reais por desaparecido. A reação militar não demorou a aparecer. Primeiro, o deputado Jair Bolsonaro disse que pretendia apresentar emenda de que o direito às indenizações fosse estendido aos familiares de militares mortos na guerrilha. Uma semana antes do pronunciamento do Exército e da Aeronáutica, Fernando Henrique Cardoso havia discursado para oficiais do Exército, no Rio de Janeiro, garantindo que não seria desrespeitada a Lei da Anistia e os militares não seriam punidos a partir da iniciativa.

A principal pauta da Comissão foi a responsabilização dos militares, causa que permanece inegociável pelos poderes e é corroborada pela lei da Anistia, reforçada em abril de 2010 pelo STF, quando os Ministros negaram a ADPF n. 153 que pedia esclarecimentos sobre a interpretação recíproca do caráter da lei da Anistia. Esta resolução prejudica a apuração dos fatos e contribui para a impunidade dos envolvidos nas violações de direitos humanos.

Além disso, há o Ministério da Defesa envolvido nas buscas militares e a ocultação dos arquivos sobre o Araguaia que dificulta o cumprimento das pautas dos familiares. A colocação de Gallo (2012), é importante nesse sentido:

Além dos legados autoritários contidos na interpretação da anistia, na política nacional de sigilo e nas prerrogativas militares, identificam-se resquícios culturais do autoritarismo na sociedade brasileira. Neste sentido, o não enfrentamento dos traumas do passado, somado à impunidade que resguarda os autores de crimes políticos, contribui à sedimentação de uma cultura em que o desrespeito aos direitos humanos é tido como algo natural, possibilitando que os responsáveis por práticas policiais violentas cometidas na atualidade vislumbrem, diante da impunidade da violência do Estado, uma falta de constrangimentos para seu uso indiscriminado no futuro (p. 391, GALLO, 2012).

Na citação acima, o cientista político Gallo reflete a respeito dos legados autoritários presentes em nossa sociedade. O não enfrentamento dos crimes militares cometidos durante a ditadura contribui para que atualmente continuem a ocorrer abusos policiais, mortes de inocentes e violação dos direitos humanos por parte do Estado brasileiro. Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre a revisão da Lei da Anistia, promulgada em agosto de 1979, de modo que os responsáveis pelos desaparecimentos e mortes de opositores políticos possam ser punidos.

Com exceção do problema da não punição de seus algozes, os familiares de desaparecidos políticos convivem com outro drama, que é o da não-localização dos corpos de seus entes queridos. Sobre essa temática, Ludmila Catela (2001), destaca que o que caracterizaria o desaparecido seria a falta de um corpo, a falta de um momento de luto a seus familiares e a falta de uma sepultura. Neste contexto, a falta de um momento de dor para chorar as mortes, a ausência de um velório e funeral dignos, além do desconhecimento da causa da morte constituem uma nova figura: a da privação da morte. (SCHLEUMER apud CATELA, 2011, p. 11). A privação da morte é um fenômeno pelo qual passam os familiares de desaparecidos.

Para Catela, essas pessoas não só não têm acesso aos rituais da morte, como também não podem localizar os corpos de seus entes queridos, sendo o lugar de “descanso” dos corpos comumente referido como uma vala comum ou clandestina. Assim, se torna importante a terra, o túmulo no qual o parente possa estar depositado. Recuperar o corpo seria colocá-lo no plano de certezas de

onde ele estaria depositado, podendo render homenagens ao familiar e fornecer sentido de passado. Para Catela, este processo está “situado como no início de uma nova etapa, de elementos que contribuem para curar, para poder estabelecer limites” (CATELA, 2001, p. 223). Estaria então no plano de possibilidades e de reorganização do mundo dos familiares, pois a localização do corpo possibilita um ritual em companhia dos que se solidarizam com a situação terrível da dor.

Além de recuperar o corpo simplesmente, a localização do corpo remete ao resgate da história do indivíduo. A ausência de um lugar de culto promove novas formas e estratégias de lembrar o desaparecido. Neste sentido, lembrar o morto também pode significar formas para substituir sua sepultura.

Tal reflexão se justifica, pois permite pensar a experiência subjetiva vivenciada por familiares de desaparecidos políticos. Essas pessoas não tiveram a oportunidade de enterrar seus mortos ou de saber as circunstâncias das mortes de seus parentes, como é o caso dos familiares de guerrilheiros. Para compreender melhor esses casos, a seguir, acompanharemos o relato da familiar Laura Petit da Silva, irmã de 3 desaparecidos políticos da referida guerrilha.

A militância dos irmãos Petit da Silva

Laura Petit da Silva é irmã de Maria Lucia, Jaime e Lucio Petit da Silva. Durante os anos 1960, cursou Ciências Sociais na Maria Antonia, local popularmente conhecido para referenciar a Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tendo entrado na faculdade em 1967. À época, na faculdade de Ciências Sociais, as aulas aconteciam em barracões mal instalados. Já seus irmãos fizeram faculdade em Minas Gerais, na cidade de Itajubá. Jaime, por exemplo, em 1968, era representante do Diretório Acadêmico, com destacada militância no movimento estudantil. Havia sido preso no Congresso de Ibiúna. Por sua vez, Lucio era já engenheiro formado em Itajubá e participava do jornal Dínamo, escrevendo crônicas e poemas. Era já ligado ao PCdoB.

Laura Petit, assim como os irmãos, participava do movimento estudantil, mas na USP, oportunidade que a permitiu conhecer e conviver com diversos

militantes, como Iara Iavelberg,¹² Helenira Rezende¹³ e Isis Dias de Oliveira.¹⁴ Segundo o relato de Laura, uma reivindicação cara aos estudantes dizia respeito à paridade de votos nas assembleias, entre funcionários, docentes e estudantes.

Voltando à narrativa dos irmãos, Laura revela que quando ela já havia terminado a faculdade, a irmã Maria Lucia veio a São Paulo para morar, pois o irmão mais velho havia se formado em Engenharia Eletrotécnica e resolveu alugar um apartamento para trazer a mãe e os irmãos caçulas para morarem com ele, enquanto Maria Lucia terminava o Curso Normal para se formar professora. Para finalizar o curso, Maria Lucia foi concluí-lo na Escola Estadual Fernão Dias, em Pinheiros, lugar onde começara a participar do movimento estudantil, uma vez que no interior do estado, a participação era mais rarefeita. Ela ingressou no movimento secundarista na União Estadual dos Estudantes.

A preparação dos irmãos para a guerrilha começou a partir de 1968, quando Maria Lucia veio de Duartina, interior de São Paulo, para a capital e alugou um apartamento com outra companheira. Já era vinculada ao PCdoB. O outro irmão, Lucio, preparava-se para a guerrilha de diversas formas: dormia no chão, em esteiras, fazia extensas caminhadas pelo centro da cidade de São Paulo. Laura Petit sabia de alguns detalhes do engajamento do irmão porque ele lhe dava documentos do partido como materiais da teoria maoísta, sobre mudanças na direção da organização. O irmão chegou, inclusive, a pedir à Laura que comprasse roupas mais simples, de camponeses, na feira próxima à escola onde ela lecionava.

Foi por pouco que Laura Petit não foi recrutada para a Guerrilha do Araguaia, porque o marido era do partido e havia solicitado que enviassem um recrutador da guerrilha para entrevistá-los. No entanto, o recrutador disse que seria melhor se eles ficassem na cidade para servirem de apoio aos guerrilheiros,

¹² Iara Iavelberg nasceu em São Paulo. Pertencia a uma família judia e concluiu os estudos secundários na Escola Israelita do Cambuci, na capital paulista. Em 1963, ingressou no Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Foi militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Foi morta no dia 20 de agosto de 1971 pelos militares.

¹³ Helenira Rezende foi uma militante da Guerrilha do Araguaia. Natural da cidade de Araraquara, mudou-se para São Paulo para iniciar os estudos na USP, no curso de Letras. Foi líder estudantil e presidente da UNE (União dos Estudantes). Foi morta na guerrilha em setembro de 1972.

¹⁴ Isis Dias de Oliveira foi uma militante da ALN (Aliança Libertadora Nacional). Desapareceu em 30 de janeiro de 1972, quando foi levada ao DOI-CODI, ao lado de seu companheiro. A partir de então nunca mais foi vista.

enviando medicamentos, roupas e demais suprimentos. Ademais, havia alguns impedimentos, como por exemplo, o fato de o marido de Laura ser uma pessoa da cidade grande, sem experiência no campo e ela mesma priorizar finalizar a faculdade ao invés de ir para a guerrilha no campo. Assim, Laura Petit ficou com a tarefa de manter “viva” a memória dos irmãos, segundo suas próprias palavras.

Ela diz:

Porque os que foram tinham tudo para se dar bem. Tinham uns tios que diziam “mas ele era engenheiro, tinha tudo para se dar bem, e deixou tudo para trás (...). É uma lógica que as pessoas não entendem que era o momento e eles achavam que tinham que fazer oposição, e se tivessem que pegar em armas, pegariam (entrevista à autora. 16.10.2024).

No trecho acima, Laura Petit lembra dos questionamentos de parentes próximos a respeito do engajamento dos guerrilheiros, demonstrando o quanto difícil era compreender a opção pela luta armada feita pelos irmãos. Petit da Silva pretende salvaguardar a memória dos irmãos e o fato de que suas ambições extravasavam anseios de realização pessoal: tratava-se de buscar o bem comum e a justiça social, mesmo que isto significasse correr riscos. Era necessário enfrentar a ditadura.

A busca pelos desaparecidos políticos de guerrilheiros do Araguaia remonta ao ano de 1979, conforme indica reportagem publicada na Folha de São Paulo, em 26 de junho de 1979.¹⁵ Na época, conforme relato de José Genoíno Neto, o ex-deputado federal como um dos poucos sobreviventes da guerrilha, teve importante papel ao procurar os familiares dos guerrilheiros e ajudar na identificação deles junto a seus parentes. Diversas reuniões foram feitas com os familiares, e Genoíno contribuiu para contabilizar os 66 desaparecidos, ainda na década de 1970.¹⁶ Laura Petit fala à mesma reportagem dos dramas que vivem os familiares cotidianamente: “vivemos na incerteza. Não sabemos se nossos parentes estão vivos ou mortos. Minha mãe vive em eterna angústia, sem saber o que pode fazer”.¹⁷

¹⁵ Ver a reportagem intitulada *Parentes de desaparecidos vão interpelar Figueiredo*. Folha de São Paulo, 26/06/1979.

¹⁶ Ver relatório pessoal de Crimeia Alice Schmidt de Almeida Relação de Desaparecidos do Araguaia. In: Arquivo Pessoal de Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Acesso em: 30/05/2025.e o artigo intitulado *Parentes de desaparecidos vão interpelar Figueiredo*. Folha de São Paulo, 26/06/1979.

¹⁷ *Parentes de desaparecidos vão interpelar Figueiredo*. Folha de São Paulo, 26/06/1979.

Gomes Lund X Brasil: o caso Araguaia

Importante marco na luta dos familiares ocorreu em 1982, quando uma ação judicial foi movida por eles, exigindo respostas a respeito do paradeiro dos guerrilheiros assassinados durante a ditadura. Sem sucesso nas ações, em 1995, eles recorreram à Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Em 2010, a Corte condenou o Estado brasileiro como réu no caso Gomes Lund x Brasil, cobrando do Estado esclarecimentos quanto aos corpos dos guerrilheiros e assistência psicossocial às famílias.

O processo apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos na Costa Rica foi inicialmente submetido pelos familiares dos mortos e desaparecidos políticos após sucessivas tentativas de julgamento sem resultados no Brasil. Sobre o processo, lembra Laura Petit:

Inicialmente era um pedido para saber onde estão, porque foi um processo longo...Começou já antes da Anistia, assim como uma arguição: onde estão estes e aqueles desaparecidos? Eram 22 mães e alguns pais os autores da ação, uma interpelação judicial. O Estado dizia: "ah, não sei, nunca existiu guerrilha", um negacionismo total porque havia uma censura muito grande nos jornais. Até que em 1982, deu-se a entrada endereçada à União, porque o Exército dizia que não era departamento dele. Acontece que essa ação até hoje corre na Justiça Federal. Uma ação interna, né? Já estava fazendo 21 anos quando a juíza Solange Salgado deu ganho de causa para os familiares porque a União tinha que convocar os que estavam envolvidos, atender a localização e dizerem se estavam vivos ou mortos. Aí ficou ainda mais tempo para ser transitado em julgado e quatro anos depois começou a correr para cumprimento de sentença e até hoje ainda está pendente. (entrevista à autora, 16.10.24)

O caso apresentado à Corte, apesar do tempo longo de espera para ser julgado, pode ser considerado um avanço em termos de publicitar a questão dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, ao mesmo tempo em que foi uma vitória para os familiares a atenção e julgamento dados ao caso pela Corte, que condenou o Brasil, julgado como réu. Laura Petit ainda destaca:

Ainda mais em se tratando de um caso que sempre a União, o Estado, os militares negaram a existência, e eles não tem interesse de fazer justiça, de apurar quem...Tanto que depois da Lei 9140/1995, do Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu a responsabilidade do Estado, mas não tinha como dar procedência do ponto de vista jurídico. Até a Crimeia encaminhou para a Corte e daí sim que essa ação, que era interna ficou aguardando julgamento. Ainda muito tempo, porque na

Corte é necessário que se esgotem os recursos internos de Justiça. Só foi aceito porque passados os anos os recursos foram esgotados e daí sim se transformou no desaparecimento dos 70 que foram listados pelo Cejil (*Center for Justice and International Law*) que levou para a Corte Interamericana e aí passou a se chamar Gomes Lund, porque a Julia era uma das mães que encabeçava a mobilização, e então foi julgado em 2010. (entrevista à autora, 16.10.24)

O Brasil foi condenado, sendo o primeiro país em mais de 40 anos a ser condenado. O caso Gomes Lund tem sua destacada importância porque o Brasil foi declarado réu, e a Corte Interamericana de Direitos Humanos listou diversas medidas para que o Brasil cumprisse. Até hoje a única medida cumprida foi pagar indenizações para os familiares (VANUCCHI, 2021, p. 160).¹⁸

A busca dos corpos dos guerrilheiros pelos familiares: o protagonismo de Laura Petit da Silva

Importante conquista para a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos foi a descoberta da vala clandestina de Perus, no cemitério Dom Bosco, em São Paulo.

O conhecimento sobre a Vala de Perus remonta aos anos 1970, quando Suzana Keniger Lisboa e Ivan Seixas chegaram à informação de que seus parentes estariam enterrados com os nomes de guerra, tendo sido exumados sem que ninguém fosse reclamar seus corpos no prazo de trinta dias. Após algumas décadas, em 1990, Caco Barcellos, repórter da Rede Globo, através de suas pesquisas jornalísticas chega ao conhecimento da vala clandestina.

Com a publicitação a partir das pesquisas de Caco Barcellos, foi constituída uma Comissão de Investigação formada por Suzana Keniger, Ivan Seixas e Amelinha Teles, na gestão da prefeita Erundina, que firmou um convênio com a Unicamp e o Departamento de Medicina Legal, sob supervisão do médico legista Fortunato Badan Palhares. A partir de então seriam colhidas 1049 ossadas não-identificadas. A seguir, foi constituída uma Comissão

¹⁸ Camilo Vannucchi argumenta sobre as recomendações da Corte: “a sentença da Corte dispunha, por unanimidade, onze recomendações ao Brasil, com destaque para as duas primeiras: “O Estado deve conduzir eficazmente, perante a jurisdição ordinária, a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecer os, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja” e “o Estado deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares” (VANNUCCHI, Camilo. Vala de Perus, uma biografia: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021, p. 160).

Parlamentar de Inquérito responsável por apurar a origem das ossadas. A comissão ficou conhecida como “CPI de Perus” ou “CPI das ossadas”, presidida por Cesar Caligiuri. A repercussão foi tamanha que o administrador do cemitério Dom Bosco, Toninho Eustáquio, pessoa que havia encontrado as valas clandestinas, precisou isolar-se do trabalho, em razão de constantes ameaças recebidas.

A CPI foi instalada em 17 de setembro de 1990 e permitiu que se inquirissem testemunhas, investigasse e tomasse depoimentos. Na ocasião, era urgente saber quem havia mandado construir a vala. A partir das oitivas promovidas pela CPI e os depoimentos colhidos, foi possível entender que as ossadas teriam sido exumadas durante a gestão do prefeito Miguel Colasuonno entre agosto de 1973 e agosto de 1975 e foram ocultadas na vala clandestina durante o mandato de Olavo Setúbal, prefeito da cidade de São Paulo entre agosto de 1975 a julho de 1979.

As ossadas de Perus foram transferidas para a Unicamp em 1º de dezembro de 1990. A decisão de se fazer um convênio com a universidade partiu dos familiares que não concordavam que o trabalho fosse realizado pelo IML (Instituto Médico Legal), órgão cúmplice da ditadura. A decisão foi apoiada pela gestão Erundina. O trabalho de perícia seria realizado por Fortunato Badan Palhares, médico que gozava de destacado prestígio à época. O processo de identificação foi longo, especialmente, porque ainda não estava disponível no Brasil a tecnologia de DNA para identificação de pessoas. O trabalho de identificação era feito com o auxílio de computadores utilizados para comparar os crânios e esqueletos com pessoas vivas e parentes das vítimas (VANNUCCHI, 2021, p. 129).

Com o fim do mandato de Luiza Erundina, o trabalho feito pela Unicamp fora interrompido. Seu sucessor na Prefeitura, Paulo Maluf, político apoiado pelos generais, não cultivava o interesse de continuar com as identificações. Enquanto isso, o trabalho foi negligenciado: não havia reunião com as famílias, tampouco novas identificações. Terminado o mandato de Erundina de Sousa, a situação era penosa. Para o médico legista encarregado, não havia mais elementos suficientes para levar adiante as identificações, já que a universidade não possuía a tecnologia de DNA necessária para permitir a continuidade de

trabalhos. Na maioria dos casos, tratava-se de ossadas fragmentadas, de difícil identificação apenas por sobreposição de imagens, como havia feito a Unicamp.

Com o fim do convênio, as ossadas foram levadas ao Cemitério Araçá, na Consolação, e separados em diferentes nichos. Uma longa espera, não sem reivindicações constantes, seria levada adiante pelos familiares até que as ossadas fossem transferidas para o recém-criado CAAF (Centro de Arqueologia Forense da Unifesp), em 2013, também com destacada atuação dos familiares.

Enquanto as ossadas descobertas na Vala de Perus foram enviadas para a Unicamp, na mesma época, novas identificações foram feitas na região do Araguaia, movidas pelas pressões exercidas ao longo do tempo pelos familiares.

Há anos, os familiares travam uma luta pela descoberta dos corpos de seus entes queridos. A primeira caravana ao Araguaia ocorreu em 1980 e os familiares dos guerrilheiros se deslocaram à região para colher informações a respeito dos guerrilheiros. Sobre a busca dos familiares, Laura Petit da Silva destaca:

(...) eles conseguiram cercar a região e prender 41 guerrilheiros que estavam vivos e são justamente esses 41 que foram extermínados por ter estado com vida e desapareceram. Os corpos foram sepultados, depois quando os familiares fizeram a caravana, em 1980, eles retiraram do local e levaram para outro. (...) Enfim, é um diversionismo para que os familiares desistam da busca. Depois teve outro caso em que os documentos, os arquivos teriam sido queimados, em um aeroporto em Salvador, Bahia. São sempre essas histórias: não adianta buscar, porque queimamos. Então se gastou muito dizendo que as buscas foram feitas, mas quando existem algumas audiências que a Corte faz periodicamente para saber se o Estado cumpriu com a sentença, eles dizem: fizemos uma comissão de busca no Araguaia, mas não de acordo com os critérios que a Corte estabeleceu, que não tem militar envolvido na busca – e essas buscas sempre tinham cerca de 150 militares e acompanhando 3 familiares e um representante do Ministério Público, e gastavam milhões com isso para dizer que o Estado estava se comprometendo. Mas toda essa busca foi sem planejamento, sem abrir os arquivos para indicar os locais em que devem ser buscados. (entrevista à autora, 16.10.2024)

Laura Petit se queixa de que as buscas surtiram poucos efeitos, uma vez que até hoje apenas os corpos de dois guerrilheiros foram localizados: o de Maria Lucia Petit da Silva e Bergson Gurjão Farias. Sobre as circunstâncias da localização do corpo de Maria Lucia, Laura Petit relata que se deveu primeiramente às informações trazidas por Sonia Haas Sobrinho, irmã do médico guerrilheiro João Carlos Haas. Durante uma das caravanas dos familiares, ela ouvira que um guerrilheiro teria sido enterrado em um cemitério em Xambioá; do

outro lado de onde se localizavam os destacamentos, hoje estado do Tocantins, e o corpo encontrava-se sepultado no cemitério de Xambioá. Então uma moradora indicou o local.

Em 1990, quando foi aberto o local indicado pelos moradores no Araguaia, foram encontrados quatro corpos, em uma espécie de vala clandestina. Na abertura da vala, entre os quatro corpos localizados, estava o de uma jovem com idade estimada entre 20 e 24 anos.

Crimeia de Almeida, guerrilheira que integrou a Guerrilha do Araguaia, sabia que naquela região havia 2 guerrilheiras com aquelas características: Aurea e Maria Lucia. Felizmente, o corpo ainda permitia identificação porque havia sido embrulhado em *nylon* de paraquedas. Tinha também um dente que havia sido tratado – se fosse de uma moradora local, isso seria impossível. Além do corpo feminino, havia também o de um homem em torno de 50 anos, que Crimeia sabia ser de um antigo militante do PCdoB. Esse corpo também foi trazido, porém até hoje, não foi identificado. Havia outro corpo que não fora trazido porque o médico legista se recusou, então foram transportados apenas 2 corpos. Sobre o processo de identificação de Maria Lucia, Laura narra:

Quando a Comissão voltou e trouxe os corpos que ficaram juntos com as ossadas de Perus, porque era lá o laboratório onde estavam sendo feitas as identificações da vala de Perus, me chamaram e a Crimeia veio também dizendo “olha, pode ser sua irmã”, e aí eu fui pra lá (...), mas quando o Badan Palhares me viu - chegou tarde da noite -, e falou assim “ah, não é sua irmã”, porque eu levei uma foto da Maria Lucia e ele disse: “olha, na foto, tem o cabelo liso e é morena, né? Então não é sua irmã! Você ainda vai encontrar sua irmã em uma esquina...”. Tipo história da carochinha. Querendo ainda manter a credibilidade, ele falou assim: “mas tem uma coroa, então me traga o raio-x do dente que ela tratou.” (entrevista à autora, 16.10.24).

Laura então viajou para a cidade da família, Duartina, interior de São Paulo para recuperar informações sobre os procedimentos odontológicos feitos por Maria Lucia, de modo a provar sua identidade, conforme requisitado pelo legista. Chegando lá, descobre-se que não há mais registros arquivados de radiografias. No entanto, a equipe odontológica de Bauru, na USP, visto que o tipo de trabalho na época era artesanal, se dispôs a fazer a identificação do trabalho. No primeiro momento, sem sucesso, pois Badan Palhares recusou-se

a receber o dentista responsável pelo trabalho, suspendendo o processo de identificação por cinco anos: de 1991 a 1996.

Em 1996, acontece o fato que serve para auxiliar finalmente na identificação: sai um conjunto de reportagens *n'O Globo*, do Rio de Janeiro, de um militar que havia entregado à redação do jornal um dossiê particular em que constavam dados, fotos da guerrilha. Nessas fotos, Maria Lucia Petit aparecia com o rosto escondido em um saco plástico e o corpo estava embaixo de um paraquedas do Exército. Nesse caso, o tecido do paraquedas poderia ser o mesmo que fora encontrado junto às ossadas retiradas do cemitério de Xambioá. O militar pediu para permanecer no anonimato. Quando publicado, foi feita uma série de reportagens, na qual constavam fotos da guerrilha, como a de José Genoíno amarrado a uma árvore e em uma das fotos havia uma fotografia de Maria Lucia Petit. A guerrilheira foi reconhecida pela irmã, inclusive, pelas roupas que usava. Só a partir daí, com tais provas, as fotos da reportagem foram levadas à Badan Palhares, na Unicamp – havia neste caso, elementos que forçaram a identificação, como a blusa e os cabelos.

No dia em que Laura foi à Unicamp¹⁹, estavam reunidos do lado de fora do Instituto diversos estudantes que também pressionavam e estavam mobilizados. Sobre este dia, Laura Petit destaca:

O Badan Palhares falou assim: “eu só vou conversar com a irmã e o cunhado”. Não quis que ninguém entrasse, mas o pessoal ficou lá fora fazendo um movimento. E daí ele, neste momento, como já tinha visto as fotos, disse “então traga o dentista, para ele vir mostrar, se tem um dentista na equipe que irá mostrar a arcada”. Daí, ele não tinha como recuar e marcou para dali a quinze dias para chamar a imprensa, e aí vieram o Dr. Jorge, o dentista, e o professor da Faculdade de Medicina, que disse que o trabalho da arcada dentária havia sido executado por ele. E aí ele anunciou-se a identificação da Maria Lucia, e foi a partir daí, em 15 dias...coisa que levou 5 anos lá dizendo que não tinha condições de identificar. *Em 15 dias ele anunciou que tinha sido identificada a primeira guerrilheira do Araguaia. (entrevista à autora)*

¹⁹ Sobre as controvérsias a respeito da identificação da guerrilheira Maria Lucia Petit da Silva, Camilo Vannucchi afirma: “Palhares foi acusado de agir de má-fé ao mudar uma declaração por razões políticas. Ainda em 1991, após participar da exumação de uma ossada em Xambioá, na região do Araguaia, que poderia pertencer à guerrilheira Maria Lucia Petit, morta pela repressão em 1972, Palhares afirmara, no local, que as características batiam e que sua identificação seria confirmada tão logo o material chegasse à Unicamp. Na viagem de volta, no entanto, Palhares fez escala em Brasília, onde teria se encontrado com Romeu Tuma, o todo poderoso da Polícia Federal, e mudara sua versão: aquela ossada não poderia ser da guerrilheira, declarou a um jornal. (VANNUCCHI, Camilo. **Vala de Perus, uma biografia**: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021, p. 134).

Após a identificação do corpo, a família Petit da Silva organizou-se para realizar o translado para sua cidade natal, Bauru, onde a mãe de Maria Lucia comprou uma sepultura para a filha. Foi organizada uma homenagem na Câmara Municipal da cidade, onde estiveram presentes familiares que puderam comparecer. Laura faz um balanço da experiência do seguinte modo:

A Sonia Haas esteve presente porque ela..continua a busca, né? Se pensar que dos 70, a nossa família, a mãe que era viva pôde sepultar a filha, inclusive de avivar a esperança, porque lá em Bauru, ela virou para a Crimeia e falou assim “agora você me traz o Lucio e o Jaime”, porque a Crimeia se empenhou a vida toda na busca da questão da guerrilha, né, e daí com isso foi possível assim, naquilo que é o imaginário de todos os familiares -que é o direito de encontrar e sepultar, porque é um direito que todo mundo diz em qualquer religião, todos respeitam isso, que é o básico, para a gente não é só isso: é uma questão de justiça também. Por isso que a gente continua querendo que esse ciclo se complete, que não fique um luto eterno sem corpo sem nada. Todo mundo sabe que isso é uma tortura, assim, eterna para qualquer familiar, e daí parece que reacendeu a chama. (entrevista à autora)

Laura Petit da Silva, assim como outras mulheres parentes de desaparecidos políticos, exerceu papel fundamental para salvaguardar de suas mães os paradeiros de seus entes queridos. Ela guardou por muito tempo a informação da morte de seus irmãos. Em suas palavras:

Eu quando soube da morte da Maria Lucia, soube um ano depois (1973), mas eu não podia contar para minha mãe porque ela ficaria desesperada; poderia querer sair procurando o Lucio e o Jaime, e por questão de segurança, tive que segurar essa notícia porque era um risco, né? Porque minha mãe ficaria desesperada e sairia procurando o Jaime, e nessa época, eles não sabiam quem estava na guerrilha – ainda estavam tentando descobrir. (idem)

Sobre a circunstância das mortes de seus irmãos, Laura Petit da Silva descobriu a partir de relatos de moradores locais, feitos em 2001, quando ela pôde visitar a região. Foi um morador, que havia trabalhado para o Exército como guia, o executor de Jaime Petit da Silva. Ele contara que estava sozinho em uma cabana que foi cercada e metralhada. Jaime foi enterrado lá mesmo e teve a cabeça cortada. Os algozes receberam 5 mil pela cabeça.

Já Maria Lucia, a irmã se inteirou da morte por meio do *Relatório Arroyo*, em que consta que ela fora morta ainda na primeira campanha, em 16 de junho

de 1972. No relato dos moradores, é destacado que o irmão de Maria Lucia, Jaime, ficou muito mal quando a viu porque a envolveram em um pano de paraquedas e a levaram, sem mais saber o que havia sido feito com o corpo. Por sua vez, o terceiro irmão, Lucio, foi à casa de um morador local junto de outro guerrilheiro, Uirassu. A casa era do camponês conhecido como Manezinho das Duas. O morador os entregou e veio então o Exército que os amarrou, colocando-os dentro de um helicóptero e foram depois levados à base militar de Bacaba. Laura, quando indagada a respeito da continuidade das buscas dos corpos dos irmãos, mostra-se pessimista:

Olha, você veja: a Comissão Especial, um órgão de Estado sobre os mortos e desaparecidos, ficou desativada. Primeiro durante 4 anos, não usou as verbas para as buscas. E daí ficou assim: 4 anos inativas as buscas, e aí ainda extinguiu a Comissão. E aí a recriação foi um processo demorado, e nós acompanhamos de perto. E daí, nessa situação toda foi recriada, mas é um Ministério que não tem verba, é o que menos tem verba. Para fazer as buscas tem o deslocamento...E antes o dinheiro revertia para as Forças Armadas, colocavam, fazia orçamento, Ministério da Defesa dentro do GTA Araguaia, sempre tinha três ministérios envolvidos: Defesa, Direitos Humanos..quem é que garfava a verba? O Ministério da Defesa, porque dizia que tinha que ter segurança, montar acampamento, a tropa, tudo. E quando os familiares começaram a dizer que não precisava disso tudo, reduziu de 50 pra 50, mas também é custo porque tem motorista, tem isso, aquilo e sem uma orientação de planejar para onde vai, o que pesquisar, para não ficar batendo cabeça, e faltou planejamento, faltou verba e depois quando começaram a determinar qual é o ministério que vai coordenar os trabalhos, sempre..."ah, vai ser o Ministério de Direitos Humanos...não!" Caia para a defesa, então sempre essa dificuldade de quem vai mandar, quem detém o poder de determinar. Isso foi um fracasso total: em todos esses anos, teve viagens para a Serra das Andorinhas, para ver o que estava acontecendo lá pra ver onde teriam sido queimados os corpos, porque tinham sinais lá. Mas daí a juíza alugou um helicóptero e ficaram sobrevoando em cima da mata. Para nada. Chegaram lá, viram que tinha uma fogueirinha lá, que o Exército tinha passado para remover os resquícios. Então não se apura nada. Fica num diversionismo para dizer que fez alguma coisa, com resultado zero. Agora, eu acho que sem essa mobilização de recursos, inclusive, de orientação política vai ficar muito difícil porque ali tem um representante familiar, a Eugenia, presidente...E é uma comissão muito pequena para dar conta de todo este país, porque as buscas que com esse tipo de orientação, de oposição, certamente eles não vão ter interesse nessa mobilização, de chegar à verdade dos fatos, né? Porque cada um que identifica é mais um corpo encontrado que felizmente a Corte determinou que esses crimes não são prescritíveis. Enquanto o corpo não for encontrado, não existe prescrição: eles são imprescritíveis. Mas a gente sabe que qualquer identificação que seja feita vai depor contra os que cometem, exigir que a justiça ponha fim à impunidade. Então essa é uma dificuldade política, até acima da questão das verbas. Mas que os familiares já deram provas durante todos esses anos as identificações foram por iniciativa dos familiares, não do Estado. Que mobilizaram a sociedade civil, a Comissão de

Justiça e Paz, a Igreja. Os familiares que conseguiram chegar lá. Então é essa a possibilidade de encontrar corpos é isso que eu vejo. Precisa ter uma sociedade civil politicamente consciente para que não seja uma luta só dos familiares, é uma luta da história do país. Aqueles lemas que a gente diz: vamos lembrar para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. Ditadura nunca mais! (Entrevista à autora)

Na trajetória dos parentes dos desaparecidos políticos, há um destaque para a atuação das mulheres em prol da memória de seus familiares, em diferentes períodos da luta política. Nesse sentido, vemos Diva Santana assumir para si a tarefa de contar aos pais a ida da irmã Dinaelza Santana Coqueiro ao Araguaia, quando seu paradeiro foi descoberto pela família. Do mesmo modo, Laura Petit da Silva guardou por muitos anos o conhecimento da morte dos irmãos e não revelou à mãe o paradeiro nem as circunstâncias da morte da irmã, em razão do impacto que a informação traria para a mãe. Victoria Lavinia Grabois também guardou o conhecimento da morte do irmão André Grabois durante anos, para preservar a mãe, Alzira Grabois.

Destacamos o papel exercido também por Crimeia Alice Schmidt de Almeida ao encabeçar a ação dos familiares no caso Araguaia à Corte Interamericana de Direitos Humanos e seu empenho durante toda sua trajetória política dentro da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, além das inúmeras viagens à região do Araguaia, que colaboraram para a identificação da guerrilheira Maria Lucia Petit da Silva. Percebe-se que enquanto guerrilheira, mães, irmãs e/ou familiares, o protagonismo dessas mulheres foi fundamental para a própria sustentação de seus familiares, bem como a atuação de destaque ao longo da luta dos familiares de desaparecidos políticos, assumindo para si a tarefa de salvaguardar a memória de antes e depois dos tempos de arbítrio.

Valiosas são essas ações, ainda mais quando se considera que as tarefas atribuídas às mulheres são aquelas identificadas em nossa sociedade com a subordinação aos homens ou as tarefas do cuidado, identificadas como próprias das mulheres, inferiorizadas historicamente pelos discursos médicos, psiquiátricos e filosóficos.²⁰

Considerações finais

²⁰ Consultar o artigo de Ana Maria Colling. A construção histórica do corpo feminino. In: Colling, A. M. (2016). A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CORPO FEMININO. *Caderno Espaço Feminino*, 28(2).

Neste artigo, foi nossa preocupação abordar um estudo de caso acompanhando o percurso que levou à descoberta da Vala de Perus e também à localização do corpo de uma desaparecida política da Guerrilha do Araguaia.

O golpe militar de 1964 foi uma fase dolorosa da história da República do Brasil e responsável por inúmeros assassinatos de opositores políticos. Atualmente são reconhecidos como vítimas fatais da ditadura militar um total de 464 pessoas, segundo o relatório da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos. Neste trabalho, pudemos acompanhar a trajetória de localização de uma militante do PCdoB, integrante da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), relatada por sua irmã, Laura Petit da Silva, que nunca abandonou a militância junto a outros familiares de desaparecidos políticos do período.

Em todo este processo, a luta das mulheres familiares de desaparecidos políticos foi fundamental para que ocorresse a localização dos remanescentes ósseos da guerrilheira Maria Lucia. Como vimos, este processo é de suma importância, pois segundo o que afirma Catela (2001) é só através da localização do corpo que o processo difícil do luto pode ser completado e oferecer certezas à família e dignidade e identidade à história de seu ente querido.

Referências bibliográficas

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia. Dissertação em História. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. 1995.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória*. A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

COLLING, A. M. (2016). A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CORPO FEMININO. *Caderno Espaço Feminino*, 28(2).

CORREA, Carlos Hugo Studart. Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f. Tese (*Doutorado em História*) – Campus Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, 2013.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ed. Telegráfico Bom Livro 1987.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, Esquerda e Sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. Edição: 3. ed.
- FICO, C. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FICO, C. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GALLO CABRERA, C. A. (2012). Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. *Anos 90*, 19(35), 329–361.
- MARTINS FILHO, José Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964–1969)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- MEZARROBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar*. São Paulo, 2007. 470 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Área de concentração: Direitos Humanos) - Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- LUIZ, Janailson Macêdo. *Lutas pela autonomia, sonhos de revolução: uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. 2023. 381 f. Tese (Doutorado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- Moreira Alves, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil*. (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964.
- NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil*: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). Intermeios: 2017.
- NOSSA, Leonêncio. *MATA!* - O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SILVA, Izabella Cardoso da. *Uma análise histórica do filme Crônica de um Industrial* (L. Rosenberg Filho, 1978). Dissertação em História. UNIFESP, 2021.
- SOUZA, Iara Regina de; SILVA, Ana Carolina de Moura Delfim. Arqueologia e Antropologia Forenses em contextos de violência política. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 222–242, maio/ago. 2023.
- VANNUCCHI, Camilo. *Vala de Perus, uma biografia*: como um ossário clandestino foi utilizado para esconder mais de mil vítimas da ditadura. 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2021.
- QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. *Revista Jurídica da Presidência Brasília* v. 15 n. 105 Fev./Mai. 2013 p. 181 a 204.

Entrevistas e fontes:

Parentes de desaparecidos vão interpelar Figueiredo. Folha de São Paulo, 26/06/1979.

GTNM/RJ e CFMDP/SP. *Petição*. Ref.: Caso 11.552. Guerrilha do Araguaia. Argumentos referentes ao artigo 43.3 do Regulamento da CIDH. Centro pela justiça e pelo direito internacional. CEJIL. RJ, 22. 12. 2008. IN: Arquivo Pessoal de Crimeia Alice Schmidt de Almeida.

PETIT DA SILVA. Laura. Entrevista [out. 2024]. Entrevistadora: Izabella Cardoso da Silva Campagnol. São Paulo, 2024. (180 minutos)

Izabella Cardoso da Silva Campagnol

Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESP. Participa do LAPHA - Laboratório de Estudos de História das Américas, na Unifesp, ao qual está vinculado o Grupo de Pesquisa do CNPq, História e Historiografia das Américas e do Grupo de Estudos em Ditadura Militar, Sociedade e Ensino de História (GEDSEH)/UFMT. Tem interesse na área de História do Brasil Contemporâneo, Regime Militar, Cinema e Mulheres na Luta Armada. Foi bolsista da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) em pesquisas de iniciação científica e mestrado. Publicou o resumo Crônica de um industrial (Luiz Rosemberg Filho, 1978): os debates presentes na obra e sua avaliação pela crítica, em Políticas do cinema, no II Colóquio Internacional de Cinema e História. Atualmente estuda os temas: História do Brasil República, Mulheres na Luta Armada e Gênero.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5575321642681025>
